

REQUERIMENTO

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para que seja aberto ao público debate sobre a queda de 77% em candidatos que precisam de isenção de taxa de inscrição no Exame nacional do Ensino Médio – ENEM.

Sr. Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requero a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

- ✓ Representante do Ministério da Educação;
- ✓ Representante da União Nacional dos Estudantes – UNE;
- ✓ Representante do Centro de Políticas Educacionais;
- ✓ Representante do Sindicato das Mantenedoras de Universidades Particulares – Semesp;

JUSTIFICAÇÃO

Em 21 de agosto de 2021, o Jornal Nacional¹ divulgou que a restrição para a isenção da taxa de inscrição deixa estudantes mais pobres fora do Enem. Segundo a matéria, para ficarem isentos, estudantes com renda

¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/08/21/restricao-para-isencao-da-taxa-de-inscricao-deixa-estudantes-mais-pobres-fora-do-enem.ghtml>



familiar de até três salários mínimos não podem ter faltado à edição anterior do exame sem uma justificativa. São quase 2,8 milhões de candidatos de todo o país que perderam o direito à isenção nos exames deste ano.

No caso, o Ministério da Educação tirou do Enem deste ano exatamente os alunos mais pobres, que não têm como pagar a taxa de inscrição. Tal ato desconsiderou todas as restrições impostas pela pandemia aos estudantes brasileiros.

No Enem 2020, 58% dos estudantes inscritos com isenção na taxa acabaram não comparecendo às provas. São quase 2,8 milhões candidatos de todo o país que, por terem faltado no ano passado, perderam o direito à isenção nos exames deste ano. O número de isentos que faltaram no ano passado é praticamente o mesmo dos que não se inscreveram este ano de 2021.

Um levantamento realizado pelo Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil, mostra que o Enem deste ano será mais elitizado. A conclusão tem como base uma queda de 77,4% no número de inscritos que têm renda familiar de até três salários-mínimos na etapa deste ano. O total de estudantes nesta condição econômica que tiveram sua “declaração de carência” aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) baixou em 2.822.121 estudantes em relação ao exame anterior.

Também houve queda de 20,8% entre os alunos com “inscrição gratuita”, aqueles que concluíram o terceiro ano do ensino médio em escola pública ou são bolsistas integrais em escola privada. Neste grupo, este ano são 239.577 inscritos a menos que no ano anterior.

A diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas, Claudia Costin, diz que impedir a inscrição dos mais vulneráveis é um retrocesso: “Infelizmente, isso interrompe um ciclo virtuoso de lenta, porém progressiva, inclusão de jovens de origem mais humilde no acesso ao ensino superior. É importante dar acesso a todos os que tentaram e se empenharam para construir uma trajetória melhor”.

Dessa forma, por se tratar de assunto de grande relevância nacional, propomos uma audiência pública junto a essa Comissão para o debate de possíveis providências acerca da necessidade de deferimento de isenção de taxas de inscrições aos estudantes que não possuem condições de arcar com



essas inscrições do ENEM. Por fim, por solidariedade e sensibilidade à questão apresentada, solicitamos apoio aos nobres colegas para a devida realização dessa audiência pública nesta Comissão.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

